



SEGURANÇA PÚBLICA E ORDEM DEMOCRÁTICA: AS LIÇÕES DA MINUSTAH PARA AS UPPS NO BRASIL

LARISSA SOARES CRUZ; IGOR BARBOSA LADEIA; LORENA MARTONI DE FREITAS

RESUMO

Esta pesquisa ainda em desenvolvimento explora a influência da participação brasileira na Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH) na criação e execução das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Brasil, especialmente nas favelas do Rio de Janeiro. Como objetivo, o trabalho busca entender a transição de práticas militares para o contexto urbano brasileiro e as implicações dessa militarização na segurança pública e para ordem democrática. A metodologia utilizada é uma pesquisa documental e bibliográfica com análise qualitativa e quantitativa, fundamentada em fontes oficiais e literatura acadêmica. Os resultados mostram que, apesar de a MINUSTAH ter sido uma experiência enriquecedora para os militares brasileiros em termos de aprendizado acerca de estratégia e logística, a adaptação dessas práticas no Brasil enfrenta desafios significativos. A simples ocupação territorial e o uso ostensivo da força nas UPPs não foram eficazes para uma pacificação duradoura devido à falta de um planejamento de longo prazo e de uma abordagem social voltada para as especificidades das favelas brasileiras. O estudo ainda aponta que a militarização das favelas levanta questionamentos sobre o papel das Forças Armadas em áreas civis e seus limites no contexto democrático. Conclui-se, provisoriamente, que, embora a MINUSTAH tenha servido como um campo de aprendizado, sua aplicação no Brasil requer cautela para evitar a perpetuação de desigualdades e violência. O debate sobre o poder militar em contextos civis é reforçado por eventos recentes de instabilidade política no Brasil, destacando a necessidade de políticas públicas que valorizem a segurança com inclusão social e respeito aos princípios democráticos.

Palavras-chave: Militarização; Segurança pública; MINUSTAH; UPPs

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo tem por objetivo a análise de como a Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH) realizada pelas tropas brasileiras – que, por meio de seu comando, transformaram o país tanto de forma estrutural quanto social – geram implicações em diversas esferas nacionais, sobretudo, nas ações militares nas favelas do Rio de Janeiro por meio das UPPs (Unidade de Polícias Pacificadoras) e em consequente, na mudança da Lei e Ordem, no Ministério da Defesa e no entendimento social sobre as ações militares dentro de esferas públicas.

Ao todo, o Brasil participou ativamente em 50 missões de paz entre os anos de 1947 a 2015¹, sendo a MINUSTAH a mais longa da história, com o comando totalmente brasileiro, trazendo um grande destaque internacional (BRAGA; FRAGATA; FERREIRA, 2019). Em seus 13 anos de atuação, foram enviados em média 23.000 soldados para o Haiti, que auxiliaram uma eleição que elegeu Jovenel Moisés; restaurou rotas de veículos e reestruturou

¹ Segundo dados do Instituto Brasileiro de Preparação das Escolas Militares (IBPM).

edifícios públicos, que foi intensificado após o terremoto de 2011, onde estima-se que entre 00.000 a 316.000 haitianos perderam suas vidas e 1,5 milhões ficaram desabrigados.² Segundo dados de pesquisas desenvolvidas pelo Varieties Democracy (V-DEM) (2020), o Brasil se encontra no quinto lugar no ranking internacional das nações que mais diminuíram o índice de democracia.³ Nessa esteira, o presente tema levanta o debate acerca dos limites da autonomia militar com a finalidade de trazê-lo para discussão no meio jurídico e sociológico, visto que o tema está diretamente vinculado com os fatos ocorridos em 8 de Janeiro de 2023, em Brasília.

Em suma, o presente estudo tem como objetivo analisar a atuação das tropas brasileiras na MINUSTAH e suas consequências, por meio da categoria de “Estados Falidos”⁴, a fim de discutir a prática do controle militar em uma sociedade de desordem (SEITENFUS, 2019). A investigação se concentra em compreender como a experiência adquirida por militares brasileiros no contexto haitiano influenciou diretamente a criação e implementação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) nas favelas do Rio de Janeiro, impactando políticas de segurança pública e os conceitos de lei e ordem no país.⁵

2 MATERIAL E MÉTODOS

O presente estudo consiste em uma pesquisa bibliográfica e documental, optando-se pela leitura e análise de caráter qualitativo e quantitativo, de âmbito nacional e internacional, por meio de fontes e ferramentas de pesquisa disponibilizadas via internet.

O estudo baseou-se na análise da bibliografia proposta no sentido de selecionar conceitos que trouxessem ao texto um melhor argumento no que se refere à missão de paz no Haiti (MINUSTAH). Posteriormente, para o entendimento da regulamentação da atividade militar, foi realizada seleção e leitura de seus códigos de conduta, seus regulamentos internos e manuais doutrinários e operacionais, a partir de pesquisa documental nos sites oficiais das Forças Armadas Brasileiras.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Através dos citados estudos, as consequências da participação brasileira na Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH) apresentam tanto aspectos benéficos quanto preocupantes. Como afirmou o General Augusto Heleno⁶, a atuação nas missões de

² O terremoto em 2011 é considerado o quinto mais grave da história mundial. Destruiu a maior parte da capital haitiana, incluindo o prédio da sede do governo (Palácio Presidencial), a sede do Banco Mundial e a catedral de Notre-Dame de Porto Príncipe. A sede da missão da ONU de paz e estabilização no Haiti, a Minustah (sigla em francês de Mission des Nations Unies pour la Stabilisation en Haïti), também desabou e causou a morte de diversos funcionários das Nações Unidas, inclusive o chefe da missão, o diplomata tunisiano Hédi Annabi. Naquele momento, havia 1.200 soldados brasileiros atuando na missão.

³ Estudos acadêmicos do Varieties Democracy (V-DEM) (2020) indicam-se que, nesta segunda década do século XXI, práticas democráticas vêm se restringindo no Brasil, passando o país a ocupar o quinto lugar no ranking internacional das nações que mais diminuíram o índice da democracia (LÜHRMANN; MAERZ et al., 2020). Dados de pesquisa do já referido Instituto, especializado no estudo da democracia em nível mundial, revelam que o avanço do autoritarismo vem agravando-se no período relativo ao Governo de Jair Messias Bolsonaro (LÜHRMANN; MAERZ et al., 2020), com a polarização, cada vez mais intensa, entre esquerda e direita.

⁴ MUGGAH, Robert; SAVAGE, Kevin. *Urban violence and humanitarian action: engaging the fragile city*. The Journal of Humanitarian Assistance, 19 jan. 2012. Disponível em: <https://sites.tufts.edu/jha/archives/1524>. Acesso: 20 set. 2024.

⁵ HOFF, Natali; BLANCO, Ramon. *A pacificação como governo: as UPPs cariocas como dispositivos da governamentalidade global*. Revista Brasileira de Ciência Política, p. e234222, 2020. Acesso em: 20 set. 2024

⁶ Augusto Heleno Ribeiro Pereira, como nome de guerra, ELITO, é um general de exército da reserva do

paz no Haiti tornou-se para os militares brasileiros uma "escola de vida", auxiliando no desenvolvimento de questões táticas e de liderança (CASTRO; MARQUES, p. 67-68). A MINUSTAH proporcionou ao Brasil a oportunidade de testar seus equipamentos, aprimorar sua doutrina, logística e estratégias de combate, fortalecendo assim o campo tático-operacional brasileiro. Além disso, o General Heleno destaca a importância dessa missão no crescimento cultural dos agentes que estiveram em campo, oriundo da convivência entre as tropas e do confronto com problemas internacionais (CASTRO; MARQUES, p. 54-55).

Nesse contexto, as experiências vivenciadas pelos militares brasileiros na MINUSTAH ofereceram contribuições relevantes para a segurança pública, especialmente em estratégias de pacificação urbana. No entanto, observa-se que a simples transposição de táticas utilizadas em cenários como o da favela de Cité Soleil, em Porto Príncipe, para contextos urbanos brasileiros, onde as realidades socioculturais e econômicas apresentam características bastante distintas, representa um desafio significativo. As operações das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro exemplificam essa questão: a ocupação territorial, combinada com o emprego de força ostensiva, mostrou-se insuficiente para assegurar uma pacificação efetiva e duradoura.

A ausência de investimento em uma força policial orientada por preocupações sociais, somada à falta de planejamento estratégico de longo prazo, comprometeu a eficácia dessas operações e contribuiu para a intensificação dos problemas de violência urbana, desigualdade social e militarização da política.⁷

4 CONCLUSÃO

O presente estudo evidencia a complexa interseção entre as experiências das tropas brasileiras na Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH) e a implementação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) nas favelas do Rio de Janeiro. Embora a MINUSTAH tenha proporcionado ao Brasil uma plataforma para testar e aprimorar táticas militares, sua transposição para o cenário urbano brasileiro apresenta desafios significativos. As práticas de pacificação desenvolvidas em contextos internacionais, como no Haiti, mostraram-se ineficazes quando aplicadas indiscriminadamente em realidades socioculturais distintas, como as das favelas cariocas.

A análise aponta que, embora a ocupação territorial e o uso da força ostensiva tenham sido estratégias centrais nas UPPs, a falta de um planejamento de longo prazo e de investimentos em uma abordagem social para a segurança pública resultaram em impactos limitados e na perpetuação de desigualdades. As experiências haitianas, ao invés de se adaptarem às especificidades do contexto urbano brasileiro, foram replicadas sem levar em conta as nuances locais, o que comprometeu o sucesso das UPPs em garantir uma pacificação duradoura.

Ademais, o estudo levanta preocupações sobre o papel das Forças Armadas em regimes democráticos, especialmente no contexto de uma crescente militarização de áreas urbanas no Brasil. A participação das forças militares em missões internas, como as UPPs, suscita questionamentos sobre os limites do poder militar e sua compatibilidade com o princípio democrático de governança civil. Episódios recentes, como os eventos de 8 de janeiro de 2023 em Brasília, reforçam a urgência desse debate.

Exército Brasileiro. Foi ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República no governo Jair Bolsonaro, de 2019 a 2022.

⁷ HARIG, Christoph. *Synergy effects between MINUSTAH and public security in Brazil*. Journal for Brazilian Studies. Vol. 3, n.2 (Mar, 2015). Acesso em: 12 ago. 2024.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Israel de Oliveira; HAMANN, Eduarda Passarelli; SOARES, Matheus Augusto. *A participação do Brasil nas operações de paz das Nações Unidas: Evolução, desafios e oportunidades*. Texto para Discussão, N°. 2442, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília, 2019.
- CASTRO, Celso (et. al) (org). Apresentação e Cronologia. In: *Forças Armadas na segurança pública: a visão militar*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2023, p. 7-24.
- BRAGA, Contra-Almirante (FN) Carlos Chagas Vianna; FRAGATA, Capitão de (FN); FERREIRA, Adler Cardoso. *13 anos do Brasil na MINUSTAH: lições aprendidas e novas perspectivas*. -Rio de Janeiro: Centro de Instrução Almirante Sylvio de Camargo, 2019.
- CASTRO, Celso; MARQUES, Adriana. *Missão Haiti: a visão dos force commanders*. Editora FGV, 2019.
- Kenkel, K. M.; Moraes, R. F. D.; Braga, C. C. V.; Souza Neto.; D. M. D., Hamann.; E. P., Nasser.; F., ... & Dorn, A. W. (2012). *O Brasil e as operações de paz em um mundo globalizado: entre a tradição e a inovação*.
- MARTINS FILHO, João Roberto. *Os militares e a crise brasileira*. Alameda Casa Editorial, 2021.
- SAINT-PIERRE; Héctor; VITELLI, Marina Gisela (org.) *Dicionário de segurança e defesa*. São Paulo: Editora Unesp, 2018. 1218 p. ISBN 978-85-9546-300-4.
- SEITENFUS, Ricardo AS. *Reconstruir Haiti: entre la esperanza y el tridente imperial*. 2019.
- SILVA, Claudio Alves. *Direito aplicado às operações de garantia da lei e da ordem*.
- VERENHITACH, Gabriela Daou. *A MINUSTAH e a política externa brasileira: motivações e consequências*. 2008. 123 p. Dissertação (Mestrado em Direito da Integração) - Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2008.